



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
**N.º 106-A, DE 2015**  
(Do Sr. Evair de Melo)

Dá nova redação ao § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e acrescenta alínea ao inciso I do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

**DESPACHO:**

DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL PREVISTO NO ARTIGO 216, § 1º DO RICD, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA E À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à apreciação do Plenário

**SUMÁRIO**

I - Projeto inicial

II - Emendas de Plenário (2)

A Câmara dos Deputados resolve:

O § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. ....

§ 1º *Ressalvadas as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.*

.....(NR)”

Art. 2º O inciso I do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *d*:

“Art. 13. ....

I - .....

*d) não poderá ser destituído de sua função de relator, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso V do art. 14 e no § 4º do art. 16.”*

.....(NR

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa Legislativa são de extrema relevância para a garantia do exercício do mandato parlamentar e a defesa do Poder Legislativo, motivo pelo qual as normas e princípios disciplinadores do Código de Ética merecem ser permanentemente revistos e aprimorados para assegurar-lhe mais autonomia e adequá-lo à dinâmica das transformações do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

A presente iniciativa tem por escopo disciplinar o horário de funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e impedir a destituição do relator designado pelo Presidente do Conselho, ressalvadas as hipóteses já contempladas no Código.

Dessa forma, a proposição pretende alterar a redação do § 1º do art. 46 do Regimento Interno para que as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar possam coincidir com a Ordem do Dia das sessões da Câmara e do Congresso Nacional. A alteração visa ao funcionamento pleno do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a continuidade e prevalência das normas éticas e de decoro nesta Casa Legislativa.

A proposição também determina que o relator de matéria no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderá ser destituído de sua função, a não ser que seu parecer seja vencido ou que venha a ser substituído por descumprir os prazos determinados, hipóteses essas já previstas no Código. Com esse objetivo, propomos alteração da redação do inciso I do art. 13, com acréscimo de nova alínea. Tal modificação também busca assegurar o pleno funcionamento do Conselho, garantindo o devido processo legal na tramitação dos processos perante aquele órgão.

Pelas precedentes razões, contamos com o apoio dos nobres Pares da Câmara dos Deputados para o aperfeiçoamento e aprovação do projeto de resolução ora apresentado.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2015.

Deputado EVAIR DE MELO

<p style="text-align: center;"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b> Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
--

## **RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989**

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, considerando a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

Art. 2º Dentro de um ano a contar da promulgação desta resolução, a Mesa elaborará e submeterá à aprovação do Plenário o projeto de Regulamento Interno das Comissões e a alteração dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal, para ajustá-los às diretrizes estabelecidas no Regimento.

*Parágrafo único.* Ficam mantidas as normas administrativas em vigor, no que não contrarie o anexo Regimento, e convalidados os atos praticados pela Mesa no período de 1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, até o início da vigência desta resolução.

Art. 3º A Mesa apresentará projeto de resolução sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar. ([Vide Resolução nº 25, de 2001](#))

Art. 4º Ficam mantidas, até o final da sessão legislativa em curso, com seus atuais Presidente e Vice-Presidentes, as Comissões Permanentes criadas e organizadas na forma da Resolução nº 5, de 1989, que terão competência em relação às matérias das Comissões que lhes sejam correspondentes ou com as quais tenham maior afinidade, conforme discriminação constante do texto regimental anexo (art. 32). ([Vide Resolução nº 20, de 2004](#))

§ 1º Somente serão apreciadas conclusivamente pelas Comissões, na conformidade do art. 24, II, do novo Regimento, as proposições distribuídas a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 2º Excetua-se do prescrito no parágrafo anterior os projetos em trâmite na Casa, pertinentes ao cumprimento dos arts. 50 e 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em relação aos quais o Presidente da Câmara abrirá o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas nas Comissões incumbidas de examinar o mérito das referidas proposições.

Art. 5º Ficam mantidas, até o final da legislatura em curso, as lideranças constituídas, na forma das disposições regimentais anteriores, até a data da promulgação do Regimento Interno.

Art. 6º Até 15 de março de 1990, constitui a Maioria a legenda ou composição partidária integrada pelo maior número de representantes, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se a Resolução nº 30, de 1972, suas alterações e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1989. - *Paes de Andrade*, Presidente.

## REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

---

### TÍTULO II

## DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

---

### CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES

---

#### **Seção VII Das Reuniões**

Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito que se realizarem fora de Brasília.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

§ 2º As reuniões das Comissões Temporárias não deverão ser concomitantes com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes.

§ 3º O *Diário da Câmara dos Deputados* publicará, em todos os seus números, a relação das Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, com a designação dos locais, dias e horários em que se realizarem as reuniões.

§ 4º As reuniões extraordinárias das Comissões serão convocadas pela respectiva Presidência, de ofício ou por requerimento de um terço de seus membros.

§ 5º As reuniões extraordinárias serão anunciadas com a devida antecedência, designando-se, no aviso de sua convocação, dia, hora, local e objeto da reunião. Além da publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*, a convocação será comunicada aos membros da Comissão por telegrama ou aviso protocolizado.

§ 6º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

§ 7º As reuniões das Comissões Permanentes das terças e quartas-feiras destinar-se-ão exclusivamente a discussão e votação de proposições, salvo se não houver nenhuma matéria pendente de sua deliberação.

Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V.

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas.

---

### **RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2001**

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados é instituído na conformidade do texto anexo.

Parágrafo único. As normas estabelecidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar complementam o Regimento Interno e dele passam a fazer parte integrante.

Art. 2º O § 3º do art. 240 e o art. 244 do Regimento Interno passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 240. ....

.....  
 § 3º A representação, nos casos dos incisos I e VI, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, observadas as seguintes normas: ..... " (NR)

"Art. 244. O deputado que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis." (NR)

Art. 3º Revogam-se os artigos 245 a 248 do Regimento Interno da Câmara.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de outubro de 2001.

## CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

### CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR *(Capítulo com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011)*

Art. 13. O projeto de resolução oferecido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que proponha a suspensão de prerrogativas regimentais, aplicável ao Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos VI a VIII do art. 5º deste Código, será apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, observado o seguinte: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Resolução nº 47, de 2013)*

I - instaurado o processo, o Presidente do Conselho designará relator, a ser escolhido dentre os integrantes de uma lista composta por 3 (três) de seus membros, formada mediante sorteio, o qual: *(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011)*

a) não poderá pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Deputado representado; *(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011)*

b) não poderá pertencer ao mesmo Estado do Deputado representado; *(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011)*

c) em caso de representação de iniciativa de Partido Político, não poderá pertencer à agremiação autora da representação; *(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011)*

II - o Conselho promoverá a apuração dos fatos, notificando o representado para que apresente sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis e providenciando as diligências que entender necessárias no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis uma única vez, por igual período, por deliberação do Plenário do Conselho; [\(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

III - o Conselho aprovará, ao final da investigação, parecer que: [\(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

a) determinará o arquivamento da representação, no caso de sua improcedência; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

b) determinará a aplicação das sanções previstas neste artigo, no caso de ser procedente a representação; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

c) proporá à Mesa que aplique sanção menos grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo; ou [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

d) proporá à Mesa que represente em face do investigado pela aplicação de sanção mais grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo, hipótese na qual, aprovada a representação, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reabrirá o prazo de defesa e procederá à instrução complementar que entender necessária, observados os prazos previstos no art. 14 deste Código, antes de deliberar; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

IV - concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos do Conselho ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual a Comissão se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de 5 (cinco) dias úteis; [\(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

V - o parecer aprovado pelo Conselho será encaminhado pelo Presidente à Mesa, para as providências referidas na parte final do inciso VIII do § 4º do art. 14, devidamente instruído com o projeto de resolução destinado à efetivação da penalidade; [\(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

VI - são passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas: [\(Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

a) usar a palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

b) encaminhar discurso para publicação no Diário da Câmara dos Deputados; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

c) candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa, da Ouvidoria Parlamentar, da Procuradoria Parlamentar, de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, ou de membro de Comissão Parlamentar de Inquérito; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

d) ser designado relator de proposição em Comissão ou no Plenário; [\(Alínea acrescida pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

VII - a penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no inciso VI ou apenas sobre algumas, a juízo do Conselho, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida; [\(Inciso acrescido pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

VIII - em qualquer caso, a suspensão não poderá estender-se por mais de 6 (seis) meses. [\(Inciso acrescido pela Resolução nº 2, de 2011\)](#)

Art. 14. A aplicação das penalidades de suspensão do exercício do mandato por no máximo 6 (seis) meses e de perda do mandato é de competência do Plenário da Câmara dos Deputados, que deliberará em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros,

em virtude de provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, após a conclusão de processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo. ([“Caput” do artigo com redação dada pela Resolução nº 47, de 2013](#))

§ 1º Será punido com a suspensão do exercício do mandato e de todas as suas prerrogativas regimentais o Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos IV, V, IX e X do art. 5º. ([Parágrafo com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

§ 2º Na hipótese de suspensão do exercício do mandato superior a 120 (cento e vinte) dias, o suplente do parlamentar suspenso será convocado imediatamente após a publicação da resolução que decretar a sanção. ([Parágrafo com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

§ 3º Será punido com a perda do mandato o Deputado que incidir nas condutas previstas no art. 4º. ([Parágrafo com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

§ 4º Recebida representação nos termos deste artigo, o Conselho observará o seguinte procedimento: ([Parágrafo com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

I - o Presidente do Conselho designará o relator do processo, observadas as condições estabelecidas no inciso I do art. 13 deste Código; ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

II - se a representação não for considerada inepta ou carente de justa causa pelo Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mediante provocação do relator designado, será remetida cópia de seu inteiro teor ao Deputado acusado, que terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas, em número máximo de 8 (oito); ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

III - o pronunciamento do Conselho pela inépcia ou falta de justa causa da representação, admitido apenas na hipótese de representação de autoria de Partido Político, nos termos do § 3º do art. 9º, será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por 1/10 (um décimo) de seus membros, observado, no que couber, o art. 58 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

IV - apresentada a defesa, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias úteis, no caso de perda de mandato, e 30 (trinta) dias úteis, no caso de suspensão temporária de mandato, findas as quais proferirá parecer no prazo de 10 (dez) dias úteis, concluindo pela procedência total ou parcial da representação ou pela sua improcedência, oferecendo, nas 2 (duas) primeiras hipóteses, projeto de resolução destinado à declaração da perda do mandato ou à cominação da suspensão do exercício do mandato ou, ainda, propondo a requalificação da conduta punível e da penalidade cabível, com o encaminhamento do processo à autoridade ou órgão competente, conforme os arts. 11 a 13 deste Código; ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

V - a rejeição do parecer originariamente apresentado obriga à designação de novo relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão da matéria, tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro; ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

VI - será aberta a discussão e nominal a votação do parecer do relator proferido nos termos deste artigo; ([Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#))

VII - concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos do Conselho ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual a Comissão se

pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de 5 (cinco) dias úteis; [Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#)

VIII - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na hipótese de interposição do recurso a que se refere o inciso VII, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, publicado e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia. [Inciso com redação dada pela Resolução nº 2, de 2011](#)

IX - [Suprimido pela Resolução nº 2, de 2011](#)

§ 5º A partir da instauração de processo ético-disciplinar, nas hipóteses de que tratam os arts. 13 e 14, não poderá ser retirada a representação oferecida pela parte legítima. [Parágrafo acrescido pela Resolução nº 2, de 2011](#)

.....  
 .....

## EMENDA n.º 1, de 2016.

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

*Dá nova redação ao § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e acrescenta alínea ao inciso I do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.*

Art. 1º Altere-se o art. 2º do Projeto de Resolução n.º 106, de 2015.

Art. 2º O inciso I do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas 'a' e 'd':

“Art. 13.....

I - .....

a) não poderá pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Deputado Representado **no momento do sorteio**; (NR)”

.....

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objeto caracterizar o impedimento do relator somente se este fizer parte do mesmo Partido ou Bloco Parlamentar no momento do sorteio. Não se revela oportuno que determinado parlamentar esteja proibido de ser relator porque fez parte do mesmo Bloco do representado, e o pior, que tal impedimento se perpetue mesmo se Bloco tiver sido dissolvido.

Assim, acreditamos ser mais conveniente observar o caso em concreto no momento do sorteio. Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação

desta emenda.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2016.

**Subtenente Gonzaga**

Deputado Federal - PDT/MG

**EMENDA n.º 2, de 2016.**

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

*Dá nova redação ao § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e acrescenta alínea ao inciso I do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.*

Art. 3º Inclua-se novo § 6º no art. 7º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, renumerando o atual § 6º como § 7º, com a seguinte redação:

Art. 7º .....

.....

§ 6º O membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tenha substituído membro suplente ou efetivo, não terá direito a voto na representação cuja admissibilidade já tenha sido objeto de análise e votação.

.....”(NR).

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem por escopo desestimular a substituição de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no decorrer de uma representação já em curso, visando, assim, assegurar que o membro titular ou suplente que tenha permanecido, possa continuar na análise e no julgamento do feito, evitando, também, manobras políticas indesejáveis e perniciosas que tem se verificado, com a substituição de membros, com o fim visível de alterar o voto.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2016.

**Subtenente Gonzaga**

Deputado Federal - PDT/MG

**FIM DO DOCUMENTO**